

FRANCISCO DIRCEU BARROS

*Procurador-Geral de Justiça*

# TRATADO DOUTRINÁRIO DE PROCESSO PENAL

- Lições dos melhores doutrinadores nacionais e estrangeiros.
- Casos práticos solucionados.
- Casos criminais superinteressantes comentados.
- Posições dominantes do STF e STJ
- As grandes controvérsias doutrinárias.

*Prefácios de:*

GIANPAOLO POGGIO SMANIO

ROGÉRIO SANCHES CUNHA



**JHMIZUNO**  
EDITORA DISTRIBUIDORA

## Tratado Doutrinário de Processo Penal

© Francisco Dirceu Barros

J. H. MIZUNO 2018

Revisão:

José Silva Sobrinho

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

B277t Barros, Francisco Dirceu.  
Tratado doutrinário de processo penal / Francisco Dirceu Barros; prefácios de Gianpaolo Poggio Smanio, Rogério Sanches Cunha. – Leme (SP): JH Mizuno, 2018.  
949 p. : 17 x 24 cm  
  
Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-7789-346-1  
  
1. Processo penal – Brasil. I. Título.

CDD 345.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Todos os direitos desta edição reservados à

JH MIZUNO

Rua Prof. Mário Zini, 880 – Cidade Jardim – CEP: 13614-230 – LEME/SP

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: [www.editorajhmizuno.com.br](http://www.editorajhmizuno.com.br)

e-mail: [atendimento@editorajhmizuno.com.br](mailto:atendimento@editorajhmizuno.com.br)

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

# Sumário

## CAPÍTULO 1

<b>PERSECUÇÃO PENAL EXTRAJUDICIAL: "DO INQUÉRITO POLICIAL" (ARTS. 4º A 23).....</b>	<b>27</b>
1. Noções práticas sobre a matéria.....	27
2. As características do inquérito policial.....	31
3. A finalidade do inquérito na ótica do STF.....	53
4. Como se inicia o inquérito policial.....	53
5. Dos prazos.....	57
6. Principais incumbências da autoridade policial.....	62
7. Diligências realizadas pela autoridade policial.....	62
8. Da reconstituição.....	63
9. Como termina o inquérito policial.....	64
10. A natureza jurídica do inquérito policial.....	66
11. Do arquivamento do procedimento inquisitorial.....	66
12. Poderes investigatórios do Ministério Público.....	79
13. Observações gerais.....	85
14. As cautelas que devem ser observadas na ação privada.....	85
15. Termo circunstanciado de ocorrência.....	86
16. O auto de apreensão nos atos infracionais.....	87
17. A lavratura do auto de prisão em flagrante e o laudo provisório no caso da apreensão de drogas.....	87
18. Divergência na doutrina.....	87
19. Casos práticos ( <i>Questões da prática forense penal</i> ).....	88
20. Casos processuais superinteressantes ( <i>Questões retiradas da minha prática atuando como Promotor criminal em 17 anos</i> ).....	91

## CAPÍTULO 2

<b>DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL SUPERVISIONADA JUDICIALMENTE (CONSTRUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF/STJ).....</b>	<b>95</b>
1. Investigação criminal supervisionada judicialmente.....	95
2. Principais características da investigação criminal supervisionada judicialmente.....	95
3. Delegação dos atos de investigação.....	96
4. O poder requisitório do Ministério Público na investigação criminal supervisionada judicialmente.....	96
5. Consequência jurídica da falta de autorização para abertura da investigação.....	96
6. Consequência do procedimento investigatório realizado ex officio pela autoridade policial.....	101
7. A investigação criminal supervisionada judicialmente e o posicionamento do STJ.....	102
8. A investigação criminal supervisionada judicialmente e o posicionamento do STF.....	102
9. Os titulares da investigação criminal supervisionada judicialmente e a respectiva competência da supervisão.....	102
10. Prisão em flagrante e a investigação criminal supervisionada judicialmente.....	105
11. Prisão preventiva e temporária de congressistas e a investigação criminal supervisionada judicialmente.....	105
12. O indiciamento na investigação criminal supervisionada judicialmente.....	106
13. A titularidade do indiciamento na investigação criminal supervisionada judicialmente.....	107
14. Investigações em face de pessoas que detêm prerrogativa de foro no qual a investigação criminal não será supervisionada judicialmente.....	107

**CAPÍTULO 3****O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (RESOLUÇÃO Nº 183 DO CNMP ATUALIZADA) ... 109**

1. Noções Gerais Sobre o Acordo de Não Persecução Penal	112
2. Dos Atos Normativos Primários Abstratos Autônomos	116
3. Acordo de não Persecução Penal Como Direito Fundamental	116
4. Processo Versus Procedimento	117
5. O Acordo de não Persecução Penal e a Audiência de Custódia	118
6. Acordo de não Persecução Penal e os Princípios da Economia Processual, Celeridade e Efetividade	119
7. O Acordo de não Persecução Penal e o Processo de Expansão Do Direito Penal	120
8. O Acordo de não Persecução Penal e o Princípio Acusatório	123
9. A Resolução 183 do CNMP e o Princípio da Presunção Validade de Leis e Atos Normativos Primários: Aplicação Imediata do Acordo	124
10. O Acordo de não Persecução Penal e a Mitigação do Princípio da Obrigatoriedade da Ação Penal	125
11. Considerações Finais	127
12. Recentes alterações normativas feitas pelo CNMP no acordo de não persecução penal	

**CAPÍTULO 4****PERSECUÇÃO PENAL JUDICIAL: "DA AÇÃO PENAL" (ARTS. 24 A 62)..... 131**

1. Da ação penal	131
2. Ação penal pública incondicionada	138
3. Ação penal e juizados especiais criminais	141
4. A ação penal no crime complexo	142
5. Ação penal pública condicionada	145
6. Ação penal privada	148
7. O prazo para ofertar a queixa e a representação	149
8. A decadência	150
9. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	152
10. Da Queixa-Crime	153
11. Da denúncia	159
12. Casos práticos ( <i>Questões da prática forense penal</i> )	172
13. Casos processuais superinteressantes ( <i>Questões retiradas da minha prática atuando como promotor criminal em 17 anos</i> )	184

**CAPÍTULO 5****DA AÇÃO CIVIL EX DELICTO (ARTS. 63 A 68)..... 197**

1. As partes legítimas	197
2. As formas de ação civil	198
3. Da competência	200
4. Os sistemas	200
5. O valor mínimo da indenização na sentença criminal	201
6. A coisa julgada	202
7. As exceções	203
8. A ação civil ex delicto e as causas extintivas da punibilidade	205
9. A ação civil ex delicto e a sentença concessiva de perdão judicial	206
10. Casos práticos	206
11. Casos processuais superinteressantes ( <i>Questões para fase dissertativa que exigem alto nível</i> )	208

**CAPÍTULO 6****DA JURISDIÇÃO, DO CONFLITO DE JURISDIÇÃO, DO CONFLITO DE ATRIBUIÇÃO (ARTS. 113 A 117)..... 213**

1. Noções práticas sobre a matéria	213
2. Conflito de jurisdição	220
3. Divergência jurisprudencial	223

4. Casos práticos ( <i>Questões da prática forense penal</i> ) .....	224
5. Casos processuais superinteressantes ( <i>Questões retiradas da minha prática atuando como promotor criminal em 17 anos</i> ).....	226

## **CAPÍTULO 7**

<b>DA COMPETÊNCIA (ART. 69 A 91)</b> .....	231
1. Conceito .....	231
2. Tipos de competência.....	231
3. Fatores determinantes da competência jurisdicional .....	232
4. O lugar da infração ( <i>ratione loci</i> ) .....	232
5. O domicílio ou residência do réu .....	235
6. Da competência pela natureza da infração .....	235
7. Da distribuição.....	236
8. Da competência por conexão.....	236
9. Da competência por continência .....	238
10. O Juiz prevalente e o fenômeno da advocatória.....	246
11. A perpetuação da jurisdição ( <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> ) .....	246
12. Exceções à unidade do processo.....	248
13. A prevenção (art. 83 CPP).....	251
14. A prerrogativa de função ( <i>ratione personae</i> ) .....	253
15. Disposições especiais .....	257
16. O incidente de deslocamento de competência da Justiça Estadual para a Justiça Federal.....	258
17. A exceção da verdade e o foro por prerrogativa de função.....	258
18. Casos práticos ( <i>Questões da prática forense penal</i> ) .....	261

## **CAPÍTULO 8**

<b>DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS E PROCESSOS INCIDENTES (ARTS. 92 A 111)</b> .....	277
1. Das questões prejudiciais e processos incidentes.....	277
2. Das questões prejudiciais.....	277
3. Principais regras.....	281
4. Os sistemas de solução .....	282
5. A natureza jurídica.....	283
6. Das exceções.....	284
7. Da suspeição.....	285
8. A exceção de incompetência do Juízo .....	290
9. As exceções de litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada .....	291
10. Das incompatibilidades e dos impedimentos .....	293
11. Casos práticos ( <i>Questões da prática forense penal</i> ).....	293
12. Casos processuais superinteressantes ( <i>Questões retiradas da minha prática atuando como promotor criminal em 17 anos</i> ).....	295

## **CAPÍTULO 9**

<b>DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS (ARTS. 125 A 144-A)</b> .....	297
1. Noções práticas sobre a matéria.....	297
2. Do sequestro .....	297
3. Da hipoteca legal.....	300
4. Do arresto.....	301
5. Casos práticos ( <i>Questões da prática forense penal</i> ) .....	302
6. Casos processuais superinteressantes ( <i>Questões retiradas da minha prática atuando como Promotor Criminal em 17 anos</i> ).....	302

## **CAPÍTULO 10**

<b>DO INCIDENTE DE FALSIDADE (ARTS. 145 A 148)</b> .....	305
1. Noções práticas sobre a matéria.....	305

2. Conceito .....	305
3. Do procedimento .....	305
4. Tipos de falsidade do documento .....	306
5. Casos processuais superinteressantes ( <i>Questões retiradas da minha prática atuando como promotor criminal em 17 anos</i> ) .....	306

## **CAPÍTULO 11**

<b>DA INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO (ARTS. 149 A 154)</b> .....	309
1. Noções práticas sobre a matéria .....	309
2. A importância do exame de insanidade .....	309
3. Legitimidade para requerer o incidente de insanidade mental .....	309
4. Do procedimento .....	310
5. Consequências processuais da insanidade mental do acusado .....	310
6. O período em que pode ser instaurado o incidente de insanidade mental .....	310
7. Da formulação de quesitos .....	311
8. Prazo para conclusão do exame .....	311
9. Casos práticos ( <i>Questões da prática forense penal</i> ) .....	312
10. Casos processuais superinteressantes ( <i>Questões retiradas da minha prática atuando como promotor criminal em 17 anos</i> ) .....	313

## **CAPÍTULO 12**

<b>DAS PROVAS (ARTS. 155 A 184)</b> .....	315
1. Noções práticas sobre a matéria .....	315
2. O ônus da prova .....	332
3. Destinação da prova ilícita .....	333
4. A teoria da descontaminação do Juiz .....	334
5. Os princípios das provas .....	336
6. Da prova emprestada .....	342
7. <i>Prova ad perpetuum rei memoriam</i> (ou provas antecipadas) .....	344
8. Do exame do corpo de delito e das perícias em geral .....	344
9. Das perícias .....	347
10. Casos práticos .....	350

## **CAPÍTULO 13**

<b>DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO (ARTS. 185 A 196)</b> .....	365
1. Noções práticas sobre a matéria .....	365
2. Natureza jurídica do interrogatório .....	365
3. Principais características do interrogatório .....	365
4. O momento do interrogatório .....	366
5. Principais regras do interrogatório judicial .....	368
6. A possibilidade de novo interrogatório .....	369
7. A nomeação de curador .....	369
8. O interrogatório do surdo e do mudo .....	369
9. O interrogatório do estrangeiro .....	369
10. O interrogatório por videoconferência .....	369
11. Interrogatório por precatória .....	370
12. Interrogatório sub-reptício .....	370

## **CAPÍTULO 14**

<b>DA CONFISSÃO E DAS PERGUNTAS AO OFENDIDO (ARTS. 197 A 201)</b> .....	371
1. Da Confissão .....	371
2. Do Ofendido .....	375

**CAPÍTULO 15**

<b>DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225)</b>	<b>379</b>
1. Noções Práticas Sobre a Matéria	379
2. As características da prova testemunhal	379
3. Principais regras sobre o depoimento das testemunhas	379
4. O número das testemunhas	380
5. A oitiva das testemunhas <i>ex officio</i>	381
6. A testemunha e a obrigação de depor	381
7. As pessoas que não são obrigadas a prestar compromisso	382
8. O sistema do <i>cross examination</i>	382
9. Depoimentos previamente ajustados	383
10. A oitiva das testemunhas em separado	383
11. A contradita das testemunhas e a terminologia "aos costumes disse nada"	383
12. Classificação das provas testemunhais	383
13. A inquirição de testemunha por videoconferência	384

**CAPÍTULO 16**

<b>DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS (ARTS. 226 A 228)</b>	<b>387</b>
1. Noções práticas	387
2. A natureza jurídica do reconhecimento	387
3. O procedimento do reconhecimento de pessoas	387
4. Reconhecimento de pessoas e coisas por videoconferência	387

**CAPÍTULO 17**

<b>DA PRISÃO E DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS (ARTS. 282 A 320)</b>	<b>389</b>
1. Noções gerais sobre a matéria	389
2. Momento em que pode ser efetuada a prisão	390
3. Formalidades do mandado de prisão	390
4. As cautelas que devem ser tomadas no recolhimento do preso	393
5. A prisão em outro território por precatória	393
6. A prisão em outro território em caso de urgência	393
7. Em que tempo o preso deverá ser removido	394
8. Separação dos presos provisórios e o local da prisão do militar	394
9. A prisão em outro território por perseguição policial	394
10. Prisão em domicílio em decorrência de mandado judicial	395
11. Entrada em domicílio para efetuar prisão em flagrante	395
12. Consequências da prisão ilegal realizada dentro do domicílio	396
13. Da prisão especial	396
14. A prisão provisória domiciliar	399
15. Das medidas cautelares pessoais	400
16. Suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção	405
17. Afastamento cautelar do denunciado de suas atividades, se for funcionário público, nos crimes de tráfico de drogas	405
18. Prisão precautelada	405
19. Da prisão preventiva	416
20. Da prisão administrativa	426
21. Da prisão civil	426
22. A prisão em consequência da pronúncia	426
23. Prisão temporária	427
24. A prisão por sentença condenatória recorrível	428
25. Casos práticos	432
26. Casos processuais superinteressantes	433

<b>CAPÍTULO 18</b>	
<b>DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350)</b>	<b>445</b>
1. Da liberdade provisória	445
2. Casos em que o art. 310 do Código de Processo Penal “não poderia” ser aplicado	448
3. Liberdade provisória obrigatória e facultativa	448
4. Casos em que não era possível a liberdade provisória	449
5. A liberdade provisória e os crimes hediondos	449
6. A liberdade provisória e os crimes de menor potencial ofensivo	449
7. Da fiança	450
8. Casos práticos	457
9. Casos processuais superinteressantes	458
<b>CAPÍTULO 19</b>	
<b>DO JUIZ, DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DO ACUSADO E DEFENSOR, DOS ASSISTENTES E AUXILIARES DA JUSTIÇA (ARTS. 251 A 256)</b>	<b>463</b>
1. Do juiz	463
2. Do Ministério Público	472
3. Do acusado e seu defensor	486
4. Dos assistentes	492
5. Dos auxiliares da Justiça	499
6. Casos práticos	503
7. Casos processuais superinteressantes	507
8. Violação do princípio do contraditório	508
9. Violação do princípio acusatório	509
<b>CAPÍTULO 20</b>	
<b>PROCESSO PENAL PREMIAL (COLABORAÇÃO PREMIADA - LEI Nº 12.850/2013)</b>	<b>523</b>
1. Conceito	523
2. Finalidades da colaboração premiada	524
3. Momento em que pode ser realizada a colaboração premiada	524
4. Natureza jurídica da colaboração premiada	524
5. Possibilidade jurídica	525
6. Requisitos para concessão	525
7. Colaboração premiada versus delação premiada	526
8. O crime cometido pelo colaborador quando prestar depoimento falso	527
9. O caráter personalíssimo da colaboração	527
10. A colaboração sem acordo prévio	527
11. Eficácia da colaboração premiada	527
12. Os benefícios da colaboração premiada	528
13. A retratação da proposta de colaboração premiada	528
14. O colaborador na condição de informante	528
15. Renúncia ao direito do silêncio	528
16. A concessão do benefício e a personalidade do colaborador	529
17. A colaboração premiada e o princípio do contraditório	529
18. A necessidade de homologação do acordo de colaboração premiada	529
19. O direito subjetivo à percepção dos benefícios da colaboração	529
<b>CAPÍTULO 21</b>	
<b>DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES (ARTS. 351 A 372)</b>	<b>533</b>
1. Das citações	533
2. Das intimações	549
3. Casos práticos	552
4. Casos processuais superinteressantes	557



**CAPÍTULO 22**

<b>DA SENTENÇA CRIMINAL (ARTS. 381 A 393)</b>	<b>565</b>
1. Noções didáticas sobre a matéria	565
2. Os provimentos jurisdicionais	565
3. A coisa julgada	579
4. O princípio da correlação entre a acusação e a sentença	580
5. A <i>emendatio libelli</i>	581
6. <i>Mutatio libelli</i>	585
7. Casos de absolvição	591
8. O procedimento nos casos de condenação	594
9. O que o Juiz deve observar antes de proferir a sentença	598
10. Como é feita a intimação da sentença	599
11. A necessidade de fundamentação da sentença	600
12. Casos práticos	601
13. Casos processuais superinteressantes	606

**CAPÍTULO 23**

<b>DAS NULIDADES (ARTS. 563 A 573)</b>	<b>613</b>
1. Noções didáticas sobre a matéria	613
2. Ocasão para arguição de nulidades	615
3. Motivos determinantes das nulidades	615
4. O sistema legal das nulidades	615
5. Sistemas de aferição das nulidades	615
6. Divisão das nulidades	616
7. 1.6. Os princípios referentes às nulidades	618
8. Efeitos das nulidades	623
9. As nulidades em espécie	623
10. Casos práticos	637
11. Casos processuais superinteressantes	641

**CAPÍTULO 24**

<b>TEORIA GERAL DOS RECURSOS (ARTS. 574 A 580)</b>	<b>647</b>
1. Noções didáticas sobre a matéria	647
2. Princípios recursais	648
3. O fundamento recursal	654
4. Pressupostos recursais	654
5. O Juízo de prelibação	659
6. A extinção normal e anormal dos recursos	660
7. Os efeitos recursais	662
8. A origem dos recursos	663
9. O recurso <i>ex officio</i> ( <i>reexame necessário</i> )	663
10. A indisponibilidade recursal por parte do Ministério Público	665
11. A legitimidade recursal	666
12. A forma de interposição de recurso	667
13. O efeito extensivo do recurso na hipótese de concurso de agentes	668
14. Os recursos e o erro ou omissão dos funcionários	669
15. Casos práticos	669
16. Casos processuais superinteressantes	670

**CAPÍTULO 25**

<b>ESTUDO ESPECÍFICO DOS RECURSOS (ARTS. 581 A 638)</b>	<b>675</b>
1. O recurso em sentido estrito	675
2. Do agravo de execução	682
3. Da apelação	691
4. A deserção da apelação	694

5. Dos efeitos.....	694
6. Da legitimidade.....	695
7. A <i>reformatio in pejus</i> e a apelação.....	700
8. Dos embargos.....	710
9. Recursos constitucionais.....	717
10. Da carta testemunhável.....	728

## CAPÍTULO 26

<b>AÇÕES DE IMPUGNAÇÕES (ARTS. 621 A 667).....</b>	<b>733</b>
1. Da revisão criminal.....	733
2. Do mandado de segurança criminal.....	743
3. Do <i>habeas corpus</i> .....	747
4. Casos práticos.....	765
5. Casos processuais superinteressantes.....	767
6. Súmulas do STF sobre o tema.....	771
7. Súmulas do STJ sobre o tema.....	771

## CAPÍTULO 27

<b>DOS PROCEDIMENTOS (ARTS. 394 A 562).....</b>	<b>773</b>
1. Breve introdução.....	773
2. Processo e procedimento.....	774
3. Delitos que não seguem o procedimento comum.....	776
4. Síntese do procedimento para aplicação da transação penal.....	792
5. Síntese do procedimento penal sumaríssimo.....	794
6. Os crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.....	798
7. Audiência de conciliação.....	804
8. Arquivamento da queixa.....	805
9. A exceção da verdade ou da notoriedade do fato.....	805
10. Aspectos forenses práticos.....	806
11. O procedimento a ser adotado.....	809
12. Crime que deixa vestígios.....	811
13. A prova de direito à ação.....	811
14. A diligência de busca ou de apreensão.....	811
15. A homologação do laudo.....	811
16. Uma condição de procedibilidade.....	811
17. Os fiéis depositários.....	812
18. A destruição da produção ou reprodução.....	812
19. A destruição dos bens ilícitamente produzidos.....	812
20. Assistente da acusação.....	813
21. Procedimento da restauração de autos extraviados ou destruídos.....	813
22. Audiência para oitivas partes.....	814
23. Das diligências.....	814
24. Autos em concluso.....	814
25. Responsabilidade dos causadores do extravio.....	814
26. Observações práticas.....	814
27. A Primeira fase ( <i>Judicium accusationis</i> ).....	814
28. A primeira atividade do juiz.....	815
29. A defesa inicial do réu.....	819
30. A consequência da falta da defesa inicial do réu.....	822
31. A réplica.....	823
32. Do saneamento do processo.....	823
33. A audiência de instrução.....	823
34. A <i>mutatio libelli</i> no júri.....	824
35. Consequência da <i>mutatio libelli</i> no júri.....	826
36. A vedação à aplicação da <i>mutatio libelli</i> em segundo grau.....	826

37. As alegações finais.....	826
38. O momento para apresentação das nulidades.....	829
39. O impedimento da defesa requer a pronúncia do acusado.....	830
40. A atividade do juiz após a apresentação das alegações finais .....	830
41. O tempo final para conclusão da primeira fase ( <i>judicium accusationis</i> ).....	830
42. Da pronúncia .....	833
43. Da impronúncia .....	848
44. Da desclassificação .....	849
45. Da absolvição sumária .....	856
46. Os recursos da sentença da primeira fase.....	859
47. A solução prática para o caso de o juiz ao pronunciar ou impronunciar detectar indícios de autoria ou de participação de outras pessoas não incluídas na acusação .....	859
48. Da <i>emendatio libelli</i> .....	860
49. Alteração na pronúncia.....	862
50. O desaparecimento do libelo .....	864
51. Do alistamento dos jurados .....	870
52. Alteração da lista .....	870
53. A publicação da lista.....	870
54. Do desaforamento .....	871
55. A preferência dos julgamentos .....	877
56. O limite legal para o assistente requerer a habilitação para atuar no plenário do júri.....	878
57. O preparo inicial do júri.....	878
58. A convocação e o sorteio dos jurados .....	878
59. Os isentos do júri.....	881
60. Os privilégios dos jurados .....	882
61. A responsabilidade criminal dos jurados .....	883
62. Da composição do tribunal do júri e da formação do Conselho de Sentença.....	884
63. Da reunião e das sessões do tribunal do júri .....	886
64. A separação das testemunhas .....	891
65. A abertura da sessão.....	891
66. O sorteio dos suplentes.....	892
67. O que o juiz deve fazer antes de sortear os jurados .....	892
68. A certidão de incomunicabilidade dos jurados .....	892
69. O sorteio dos jurados .....	893
70. As escusas peremptórias .....	894
71. A solução para o estouro da urna.....	897
72. A solução para arguida de impedimento, de suspeição ou de incompatibilidade contra o juiz presidente do tribunal do júri, órgão do Ministério Público, jurado ou qualquer funcionário .....	897
73. O juramento solene dos jurados.....	898
74. Da instrução em plenário.....	898
75. Dos debates em plenário.....	903
76. A conclusão dos debates e a leitura dos quesitos.....	912
77. A verificação de fato reconhecido como essencial para o julgamento da causa .....	912
78. Do questionário e sua votação .....	913
79. A sentença final do júri .....	926
80. A leitura da sentença em plenário .....	928
81. Da ata dos trabalhos .....	928
82. Das atribuições do presidente do tribunal do júri .....	929

REFERÊNCIAS .....	935
-------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO.....	937
----------------------------------	-----